

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO – LATO SENSU

ESPECIALIZAÇÃO

Instituto de Letras e Artes

- Literatura Brasileira
 - ★ Aprovado pelo COCEP – Parecer nº 08/90 de 11/01/90
 - Literatura e Cultura Judaica
 - ★ Aprovado pelo COCEP em 13/04/89
- Informações: ILA – Fone: (0512) 39-1511 – Ramal 3176

Instituto de Psicologia

- Psicologia Organizacional
- ★ Aprovado pelo COCEP em 18/12/80
- Psicologia Escolar
- ★ Aprovado pelo COCEP em 15/05/80
- Psicoterapias Humanístico-Existenciais
- ★ Aprovado pelo COCEP em 11/07/85
- Diagnóstico Psicológico
- ★ Aprovado pelo COCEP em 19/03/84
- Psicoterapia da Adolescência
- ★ Aprovado pelo COCEP em 12/04/85
- Psicologia Social
- ★ Aprovado pelo COCEP em 04/10/84
- Psicoterapia

Informações: IPS – Fone: (0512) 39-1511 – Ramal 3215

Faculdade de Educação

- Metodologia do Ensino Superior
 - ★ Aprovado pelo COCEP em 17/07/78
 - Educação Pré-Escolar
 - ★ Criado pelo Conselho Universitário em 28/05/75
 - Alfabetização
 - ★ Criado pelo Conselho Universitário em 28/05/75
 - Recursos Humanos para Administração e Supervisão de Escolas
 - ★ Criado pelo Conselho Universitário em 30/06/83
- Informações: FED – Fone: (0512) 39-1511 – Ramais: 3320 e 3235

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas

- Marketing
- ★ Aprovado pelo COCEP em 22/09/88
- Finanças
- ★ Aprovado pelo COCEP em 24/04/86
- Administração de Recursos Humanos
- ★ Aprovado pelo COCEP em 04/12/86

Informações: FCPE – Fone: (0512) 39-1511 – Ramal 3264

**O NARRADOR:
sujeito da História e da história**

Eliana Pibernat Antonini
PUCRS

El manuscrito original puede consultarse en la Biblioteca de la Universidad de Leiden; está en latín, pero algún hebreísmo justifica la conjetura de que fue vertido del griego.

Jorge Luis Borges

Pensar a relação História/Ficção implica não só pressupor a crise de um paradigma – o narrativo – (como o quer Luiz Costa Lima) mas, sobretudo, repensar a figura do narrador, sujeito que narra a História e a Ficção. Esta relação, teorizada, hoje, de forma ampla, chegando por vezes a modismos extremos, vem merecendo de estudiosos conscientes várias reflexões, sobretudo no que tange à idéia, que orienta o discurso histórico e ficcional, na busca do sentido da narrativa e na recomposição do papel que exerce o narrador neste complexo discursivo.

Buscar o papel do narrador significa trabalhar a instigante questão do sujeito por decorrência do autor e do que ele (autor e/ou narrador) convencionou como imaginário. Investigar a historicidade textual, a invasão do factual no ficcional, do ficcional no dito histórico, remonta a passeios por uma hermenêutica e por uma epistemologia, quicá advindas de Platão e contemporâneas de Foucault, Derrigo até Lacan. Buscar o papel do narrador implica desdobramentos de ponto de vista, de opção pelo narrado e, evidentemente, da premissa da narratividade.

A figura do narrador, vista por um historiador como Paul Veyne, se nos apresenta como a de alguém que seleciona, simplifica, organiza e é capaz, quem sabe, de resumir um século em uma mera lauda. Veyne, quando nos apresenta a figura do historiador, diz-nos que esta não mudou desde Aristóteles: *os historiadores narram acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator; a história é um romance verdadeiro* (1983:10). O historiador, sendo alguém que

narra, possui a supremacia da escolha ou seja, *se tudo é histórico*, será de sua escolha, que dependerão enfoques, datas, fatos, enquadráveis em determinado contexto. Usando de um recorte único, sobremaneira individual e, sem dúvida, arbitrário, este narrador será o que narra uma facção do todo, um tipo de ocorrência, permeada por toda uma postura ideológica, a sua. Fazendo uso da memória, complementando-a com documentos, registros, relatos, ele seleciona dados e fatos, os interpreta e os repassa a seu possível leitor. Sua ótica permanece neste relato, por mais impessoal que ele pretenda ser. Assumindo uma posição, o narrador da história, portanto, privilegia um ou mais fatos em detrimento de outros e isso talvez sirva como argumento à asserção de que a *História é uma inevitável ficção*. (Freitas, 1986:43).

Partindo de um enfoque formalista, o teórico Hayden White incorpora, a sua reflexão sobre a narrativa histórica e ficcional, poucos adendos à questão do narrador. Preocupado em estabelecer estruturas que apontem algumas diferenças entre o texto histórico e o texto ficcional, White centra-se na figura do cronista e, mais especificamente, no que chama de transformação da crônica em História. O narrador/cronista organiza eventos num dado processo de acontecimentos e os caracteriza, como essências ou não, a determinação do relato, através da eleição de motivos inaugurais, ditos terminais e não transitórios. Quando o narrador consegue modificar a estrutura deste primeiro conjunto de eventos, esta crônica codificada é um processo diacrônico que permite ao leitor arguto questionar a sincronicidade de uma estrutura de relações narrativas. Mas, evidentemente, isso dificulta a distinção entre crônica histórica e crônica ficcional. Caberia aqui uma proposta: não seria o narrador, sujeito da ação, aquele que poderia melhor delimitar os dois campos? White não nos satisfaz; apenas, para ele, o narrador da História confronta um caos verídico de eventos já constituídos e faz sua História tecendo fios, usando artimanhas de enredo. Mas o enredo não é típico também ao texto ficcional? O ficcionista não compõe também um enredo? Além disso, uma preocupação constante do teórico é, sem dúvida, o estabelecimento de uma consciência histórica, modo distinto de pensamento que pertenceria ao historiador e não ao ficcionista. De outro modo, ao afirmar que o dado factual, inserido na crônica histórica, é visto como não narrativo, White exclui a figura do

narrador do processo de composição histórica da crônica, o que se torna absolutamente curioso, senão estranho. Ainda assim, evidencia a determinação de categorias comuns ao processo histórico que subvencionam e se refletem nos narradores clássicos, tais como Homero, Vico e tantos outros.

Luiz Costa Lima, que há bastante tempo debruça-se sobre tais obsessões — como as chamou — nos oferece uma opção: a proposta de Hayden White apontaria à admissão de outros tipos de formas de composição do discurso histórico, não sendo, assim, a narrativa, um traço constante, mas contextualizável. Esqueceríamos, então, a figura do narrador e surgiria em seu lugar um ensaísta, quem sabe?!

Em *Aguarrás do Tempo*, Costa Lima vai em busca do estatuto da narrativa, recuperando reflexões contidas em sua trilogia anterior, *O Controle do Imaginário, Sociedade e discurso ficcional e O fingidor e o censor*. Trabalha pouco com a figura do narrador, mas adverte que, se o discurso da História está sujeito à verdade,

o narrador na história não pode abandonar sua posição de terceira pessoa. Ao contrário, o narrador ficcional pode assumir posições mais variadas: ser um narrador em primeira, em terceira pessoa ou ser um narrador-refletor, que surge nos textos em que o relato não depende de um narrador distinto das personagens, sendo que "a reflexão dos eventos ficcionais se dá através da consciência de um personagem" (1989:104-15)

Costa Lima veria nesta instância, dita de consciência do sujeito narrador, um fulcro entre os dois tipos de narrativa, a ficcional e a histórica. Mas ainda para ele, o narrador-refletor seria *o narrador não confiável*, aquele que teria a liberdade maior de composição, por não estar vinculado ao protocolo de verdade. Logo, o narrador da História é aquele que, sendo verossímil, também é verdadeiro, ou, pelo menos, tem a obrigação de o ser. O narrador da história alteraria totalmente a relação saber/verdade (se pensarmos como Foucault o quer); ele a transfigura — a verdade — a relativiza, a fantasmagoriza.

Sendo assim, o narrador da ficção incorpora, à sua história, todo e qualquer fato, acontecimento da realidade, passado ou presente, sem ter com ele — fato — qualquer comprometimento a não ser o da coerência interna textual. O narrador/historiador deve, no entan-

to, provar, argumentar, defender algum tipo de tese. Cabe a ele, senão dar testemunho de uma História, transmiti-la; a partir dos documentos, reinterpretá-la.

Em nova direção, podemos seguir as investigações de Jacques Le Goff, que parte em busca da relação entre história e memória. Pressupondo a utilização da memória social, coletiva, e da memória individual, o historiador Le Goff a considera essencial para a composição de sua narrativa. O historiador, bem como a sociedade, fornecem, por assim dizer, os elementos que irão projetar ou reconstituir um dado acontecimento, um delimitado período, uma civilização. A memória do narrador seria o instrumento de denúncia, de descoberta, e a memória social, um dos imperativos prioritários para que a objetividade histórica se instaure e se desenvolva. Mas, Le Goff é imperativo: a História temática é uma História que se encerra no tema e não explica porque é que a carroça e o automóvel aparecem, e como isso se inscreve na História geral da sociedade (1984:15). Acompanhando seu raciocínio, chega-se a conclusões do tipo: o narrador da História não privilegiaria os temas; o narrador da História apresentaria, ou melhor, auxiliaria a construção e a recuperação da memória coletiva. Deduz-se daí que o narrador vinculado aos temas seria o narrador da ficção?

Voltando ao plano nacional, um grande teórico, como Benedito Nunes, ao desenvolver a relação entre narrativa histórica e narrativa ficcional, norteia-se pela visão interpretativa. Seu profundo conhecimento da teoria de Paul Ricoeur, levam-no a mostrar História e Ficção como formas de linguagem que têm por objeto a ação humana. Resgatando a figura da metáfora, Benedito Nunes aponta-nos a uma ficção que, recriação artística de fatos, permeia, para nós, o conhecimento do histórico. Abordando a coordenada temporal e dela fazendo uso para criar elos entre História e Ficção, o crítico, se não teoriza sobre o papel do narrador, sugere, instiga reflexões. O sujeito que narra está limitado, reduzido ao tempo, do mesmo modo que a ele não se subordina. O tempo — *instante e momento presente, tempo vivido e tempo natural, tempo e eternidade* — articulará História e Ficção ao nível da mimesis. A mimesis da ação, da cultura, da sociedade, pertenceria o relato do narrador da História; a mimesis da configuração seria domínio do narrador da ficção. Na experiência fictícia do tempo, o narrador da ficção encontraria seu melhor aliado,

uma vez que ela — a experiência fictícia do tempo, articulada pelo enredo, concretizada pelas personagens, redescreveria a História. Entre sujeito narrador e o objeto narrado, no processo da História, há uma distância temporal que impõe, aos acontecimentos, sua alteridade. Entre historiador e realidade, a relação é de analogia, de caráter metafórico, figurativa. Entre ficcionista e realidade gera-se uma relação tropológica, arbitrária, talvez de similitude, porém imposta por um paradigma (lembre-se, portanto, Foucault). A distância entre sujeito narrador e objeto narrado, na ficção, só acontecerá por um efeito de composição narrativa, como, por exemplo, uma técnica de retardamento (lembrar Homero e a leitura de Auerbach).

Cabe, sem dúvida, a Walter Benjamin, um dos mais esclarecedores estudos sobre a figura do narrador, não apenas em seu trabalho amplamente conhecido *O narrador*, como em seus artigos sobre Kafka e Proust. Estabelecendo a crise do ato de narrar, Benjamin nos aponta três tipos de narrador: o camponês, o marinheiro e o artesão. O cronista, aqui, é o narrador por excelência, porque domina a experiência, por que dela pode falar, porque a conhece, a viveu ou a observa, e a relação entre este sujeito da narração e objeto narrado é pura, direta, simples. Esta relação está mediada pela memória, musa da narração, e não só pela rememoração, cuja esfera se restringe ao romance, na visão do pensador.

Tecendo fios, recuperando tramas coletivas, misturando vozes, W. Benjamin nos compõe um tipo de narrador onde a verdade aparece através da sabedoria. É sábio aquele que narra, que domina não só a experiência vivida como a experiência que se projeta, que se faz premonizadora de um evento a acontecer. Utilizando o recurso da alegoria, muitas vezes, este narrador projeta o futuro, antecipa a releitura de fatos, articula visões do passado com as do presente e do futuro.

Compondo sua figura de narrador, o autor critica posturas como as de Ranke e Dichey, que pretenderiam reviver o passado através de uma identificação afetiva do narrador com o elemento narrado. Compondo a figura do historiador, afirma que este deve constituir uma *experiência* com o passado (tese 16). Reflete, sobremaneira, sobre a necessidade de reconstrução da experiência, via memória, a fim de garantir, às gerações, a permanência da palavra.

Insistindo na imagem daquele que conta, a partir da recuperação de uma memória individual, estabelece nuances distintas pertencentes ao narrador e ao historiador. Retomando Scheherazade, aponta ao movimento de composição de uma narrativa aberta, centrada no resgate de uma memória popular e social. Memória infinita, inscrita na narração onde se concretiza como ação de leitura e interpretação.

Privilegiando o cronista em detrimento do historiador (tese 3), o autor valoriza todos os acontecimentos, fatos, documentos, grandes ou pequenos uma vez que nada deve ser perdido no registro histórico. Este cronista, que muito se difere do cronista de Hayden White, aproxima-se, sem dúvida, do ficcionista. O ficcionista revela os fatos, retrabalha-os, reorganiza-os a seu modo, sem se preocupar com a veracidade ou com a cronologia; sua busca é a de um sentimento primeiro, inaugural.

Se para Walter Benjamin, Proust personifica a força salvadora da memória e, Kafka, a do esquecimento, o historiador deve encontrar a seara oculta da tradição e do sentido primordial. Senhor de uma tradição e de um sentido, o historiador conseguirá manter a chama da memória viva, cotejando-a com os registros e articulando-a como experiência essencial a seus receptores. A partir do paradigma da memória, o historiador projetará o sintagma que pretende elucidar.

O historiador, como um mensageiro, trabalharia com a não ambigüidade, com a explicação sobre o que está sendo narrado, enquanto o ficcionista permaneceria livre para representar todo e qualquer acontecimento como modelo de uma história do mundo, do homem, da sociedade e de si mesmo. A função, permanência do enredo, abrangeria tanto um como outro tipo de relato, apenas o historiador manteria o nexos causal, enquanto o ficcionista dele se desviaria, eventualmente (talvez, nenhum exemplo possa esclarecer melhor do que seu próprio texto *Diário de Moscou*).

Todas estas considerações apontam, claramente, a interpretações de leituras teóricas e se fazem comparativas à medida que podem esclarecer papéis incorporáveis ao narrador da História e da Ficção. Se a ascensão do romance, a multiplicidade de técnicas narrativas, apagaram a figura do contador, por certo, a nova História vem recriando a figura do historiador enquanto sujeito do enredo, um contador de uma história factual. Se é verdade, como o quer Paul Veyne, que a História aparece sob a forma do "historiador" (1984:18),

também é verdade que a ficção se forja sob a ótica do narrador. Recorte impreciso, onde a verdade aflora ou se esconde; narração subjugada a condições de verdade ou mentira, História e Ficção se entrecruzam a partir de uma só e mesma figura: a de seu narrador (seria proposta de reflexão se à crise de paradigma narrativo não se somaria a crise de um sintagma narrador).

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas* (volumes 1, 2, 3) São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1988.
- LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- . *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- . *O controle do imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- . *O fingidor e o censor: no ancien régime, no Iluminismo e hoje*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- NUNES, Benedito. *Narrativa histórica e narrativa ficcional*. In: *NARRATIVA: ficção e história*. Bento Prado Júnior, José Américo Pessanta, Luiz Felipe Baeta Neves e outros. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- WHITE, Hayden. *Metahistory. The historical imagination in nineteenth century Europe*, ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.